

14 artigos, 11 parágrafos e 16 itens: eles podem nos garantir vida mais saudável.

ANC

JT 01-06-87 P7

**Roberto Messias,
secretário nacional de Meio Ambiente,
garante: o anteprojeto é plenamente
aplicável, na prática.**

O secretário nacional de Meio Ambiente, Roberto Messias, disse que a primeira providência da Sema, após a promulgação da nova Constituição será solicitar ao Congresso Nacional que acione as Forças Armadas. Missão: defender a região do Pantanal contra a espoliação e o uso indiscriminado de mercúrio pelos contrabandistas na exploração do ouro e que estaria poluindo as águas dos rios provocando a mortandade de peixes.

Claro, isso depende de aprovação do artigo 42 do anteprojeto referente ao capítulo do meio ambiente aprovado pelo relator da Subcomissão de Saúde, Segurança Social, Meio Ambiente e Ecologia da Constituinte, deputado Carlos Mosconi (PMDB-MG), no momento sendo apreciado pela Comissão de Ordem Social. Roberto Messias considerou "perfeito" o espírito do relatório e "plenamente aplicável na prática" seu conteúdo de 14 artigos, 11 parágrafos e 16 itens.

O secretário da Sema anunciou para o Dia Mundial do Meio Ambiente — 5 de junho — a aprovação pelo presidente José Sarney de um decreto criando mais três estações ecológicas no País: em Carijós, no litoral de Santa Catarina; nas ilhas Tupirambas, no Sul de São Paulo; e em Pirapitinga, na barragem mineira de Três Marias. Em 19 Estados já existem estações ecológicas e estas novas três, segundo Messias, protegerão três importantes ecossistemas brasileiros.

Ainda como parte das comemorações do Dia Mundial do Meio Ambiente estarão reunidos no auditório Nereu Ramos, no Congresso Nacional, representantes de todas as entidades ligadas ao setor, além do ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Deni Schwartz, para um amplo debate sobre o capítulo ecológico que constará da Constituição brasileira e a primeira investida do

Ministério para manutenção do texto. Com este mesmo objetivo, estarão reunidos dia 17 os representantes do Conama — Conselho Nacional do Meio Ambiente: eles pretendem fazer um pacto e trabalhar em torno da manutenção dos avanços do setor conseguidos até agora pelo relatório de Carlos Mosconi.

Disse Messias que vai propor nesse dia uma homenagem pública à atuação do deputado Fábio Feldmann (PMDB/SP) na elaboração do capítulo do meio ambiente da Constituinte. O parlamentar foi eleito pelo movimento ecológico de São Paulo, e no entender do secretário da Sema a história do País ficará devendo muito a Feldmann por seu brilhante trabalho em favor da ecologia.

Um dos maiores avanços do anteprojeto, segundo Roberto Messias, está contido no artigo 40: "A União, os Estados e os municípios podem estabelecer limitações e restrições legais e administrativas relacionadas à proteção ambiental e à defesa dos recursos naturais, mesmo no caso de já haver dispositivo regulando a matéria, para suprir as suas lacunas ou deficiências ou para atender os interesses nacionais, regionais e as peculiaridades locais, desde que não dispensem ou diminuam as exigências anteriores". O secretário da Sema destacou que hoje só a União tem este direito, o que considera "uma grande falha" — que poderá ser coberta com a extensão das mesmas atribuições também aos Estados e municípios conforme prevê o artigo 40 do anteprojeto de Mosconi.

O artigo 45 do anteprojeto também foi considerado "excelente" por Messias, ao ressaltar que a Sema luta há muito tempo por isso. O artigo prevê: "Fica criado o tributo de conservação e reposição do meio ambiente, cobrado de toda pessoa física ou jurídica que utili-

ze ou explore recursos ambientais de qualquer natureza, com finalidade de lucro". Ele também louvou o parágrafo 2º deste artigo que dispõe sobre a alocação mínima de 1% das receitas da União, Estados e municípios para preservação e recuperação do meio ambiente, observando que a cobrança dessa taxa hoje é inconstitucional.

O artigo 46 também mereceu elogios do secretário da Sema. Ele declarou que a melhor coisa que se pode fazer na área ecológica é criar um foro "constituído na forma de colegiado, onde estarão representadas as associações ambientais de âmbito nacional, com pelo menos um terço de votos, para integrar os órgãos de direção das instituições públicas do setor".

E a proposta de isenção de qualquer tributo às propriedades florestais, naturais, científicas, arqueológicas, históricas ou artísticas, reconhecidas como de interesse municipal, estadual ou internacional — artigo 47 do anteprojeto — também mereceu destaque de Roberto Messias, com uma ressalva: desde que isso seja registrado e gravado juridicamente com tutela para evitar especulações e permitir sua reversibilidade.

Sob a alegação de que o Brasil é um país que precisa de alguns bilhões de árvores a mais, o secretário da Sema preferiria que o artigo 48 — fruto de proposta apresentada pelo constituinte Paulo Macarini (PMDB-SC) — determinasse o plantio de "no mínimo 100 árvores por habitante a cada 6 anos, e não 4 conforme prevê o anteprojeto. Nesse sentido, Messias observou que 70% da Alemanha é verde, área adquirida após a guerra, o mesmo ocorrendo no Vietnã. O que ainda salva o Brasil é a Amazônia e o Pantanal, responsáveis por 60% do verde do País. Daí a necessidade de sua preservação, segundo alertou Messias.